

Uma divisora de águas nas relações de trabalho

Saiba quais são as principais mudanças e o que pensam os representantes de empresários e trabalhadores catarinenses sobre a chamada Lei da Terceirização

O dia 31 de março de 2017 entrou para a história do Brasil como divisor de águas no que diz respeito às relações trabalhistas, com a sanção da chamada Lei da Terceirização pelo presidente Michel Temer (PMDB). Defendida desde a década passada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), a primeira versão do texto da proposta que regulamenta a prestação de serviços terceirizados (e o que pode ser terceirizado) está em tramitação no Congresso Nacional desde 2002.

A prestação de serviços terceirizados já era regulamentada para as atividades-meio. Por exemplo, uma loja de roupas podia contratar uma empresa para cuidar da sua contabilidade ou ainda da limpeza do estabelecimento. O que passou a ser permitido agora é também a possibilidade das empresas contratarem terceirizados para as atividades-fim, ou seja, uma loja de roupas pode terceirizar o serviço de vendedores.

A principal diferença entre um terceirizado e alguém que foi contratado com carteira assinada é a relação com a empresa na qual ele presta serviço. Com o terceirizado, a contratação e o pagamento não são de responsabilidade do local em que ele trabalha, e sim, da empresa

prestadora de serviços que disponibiliza a mão de obra para a contratante. Como não existia uma legislação específica sobre a terceirização, o tema vinha sendo regulado pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Mesmo com a sanção da lei, o tema ainda é polêmico e divide opiniões (veja o que pensam os representantes dos empresários

e dos trabalhadores catarinenses abaixo). O advogado trabalhista Roberto Figueiredo acredita ainda há muito o que se discutir. "O projeto foi aprovado há pouco tempo, toda lei precisa de um período de acomodação em que serão necessários alguns ajustes.

**CONFIRA NA ÍNTEGRA EM
WWW.ADJORISC.COM.BR**

O QUE DIZEM SOBRE A TERCEIRIZAÇÃO

"A aprovação gera segurança jurídica e institucional. Isso reduz riscos em investimentos, aumenta a competitividade e promove a criação de mais e melhores empregos. Tanto o trabalhador terceirizado quanto o temporário têm todos os direitos previstos na legislação trabalhista".

Glauco José Côte, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc)

"Nós condenamos a terceirização até a atividade-fim. O que precisava ser regulamentado era o que já existia, a terceirização para atividades-meio. Nós deveríamos estar ampliando os direitos dos trabalhadores, no entanto estamos quase legalizando o trabalho escravo novamente."

Ana Julia Rodrigues, presidenta da CUT Santa Catarina

"As medidas trarão maior segurança jurídica aos empregadores e empregados, regulamentando uma prática já existente nas relações de trabalho, especialmente nas atividades que dependem da sazonalidade."

Bruno Breithaupt, presidente da Fecomércio-SC

"Principalmente os micro e pequenos empreendedores serão beneficiados, pois poderão ampliar a estrutura de seus negócios ao utilizar o instrumento proposto pela lei das terceirizações".

Ivan Tauffer, presidente da FCDL/SC

"A terceirização é uma oportunidade para o surgimento de muitas atividades para novos empreendedores que hoje são trabalhadores. O operário vira empresário".

Guilherme Afif Domingos, presidente do Sebrae

panorama SC

Carne catarinense nos Estados Unidos

Empresários do setor de alimentos e bebidas de Santa Catarina estão se adequando às novas exigências do mercado americano. Para conseguir exportar para o país, as indústrias terão que cumprir requisitos de segurança alimentar aprovados no ano passado. Profissionais do *Food and Drug Administration*, programa de segurança alimentar dos Estados Unidos (EUA), estiveram em Florianópolis, em reunião na Fiesc. Um dos assuntos foi a maneira com que as indústrias se preparam para prevenir ações de contaminação intencional. "São fraudes econômicas, sabotagem, ações terroristas, falsificações", explicou a engenheira de alimentos do Senai/SC, Katherine de Matos. Dois projetos de financiamento podem auxiliar as empresas na qualificação. A Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, em parceria com o Sebrae, vai liberar R\$ 20 milhões para pequenas empresas. Outra opção é o próprio Senai. Serão liberados R\$ 53,9 milhões para desenvolvimento em tecnologia no setor de alimentos.

INFORME PUBLICITÁRIO

Lucro do BRDE atinge R\$ 117,6 milhões em 2016

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE registrou um lucro líquido de R\$ 117,6 milhões no ano passado. No mesmo período, o banco contratou pouco mais de R\$ 3 bilhões em 7.262 operações de crédito de longo prazo na Região Sul. Só em Santa Catarina, o BRDE contratou R\$ 832,16 milhões em financiamentos em 2016, permitindo a geração e manutenção de 5.485 empregos no Estado. Destaca-se em 2016 a operação via convênios, como cooperativas de crédito. Essa modalidade de contratação somou R\$ 187 milhões, em 3,5 mil contratos. A região Oeste de SC foi a responsável pela maioria das contratações no período, com R\$ 310,21 milhões em financiamentos concedidos. Na sequência, a região do vale do Itajaí contratou R\$ 204,01 milhões, seguida pelas regiões da Serra Catarinense, com R\$ 116,41 milhões e Grande Florianópolis, com R\$ 105,3 milhões. A região Norte do Estado foi responsável por R\$ 62,3 milhões em financiamentos contratados, e a região Sul por R\$ 39,28 milhões. Dos dez maiores financiamentos contratados no ano passado, seis foram destinados a Cooperativas catarinenses.

www.brde.com.br

BRDE

Precisa melhorar a gestão da sua empresa? Venha pro Sebrae: consultoria on line, palestras, oficinas e cursos.

INSCREVA-SE, LIGUE AGORA PARA
0800 570 0800

SEBRAE
Serviço de Apoio às
Micro e Pequenas Empresas
Santa Catarina